

Vila Sergipe 3
Empreendimentos e
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2



Samuel Viero Ricken
Contador CRC-SC 030412/O-1

Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Não auditado)	Passivos	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Não auditado)
Caixa e equivalente de caixa	5.a	4.387	6	Fornecedores	8	2.474	1.688
Adiantamento a fornecedores		-	610	Financiamentos	9	913	-
Tributos a recuperar		1	-	Obrigações tributárias		51	9
Despesas pagas antecipadamente	6	94	530	Arrendamentos	4	1	-
				Obrigações sociais e trabalhistas		58	-
Total do ativo circulante		4.482	1.146	Total do passivo circulante		3.497	1.697
Fundos vinculados	5.b	512	-	Financiamentos	9	12.549	-
Despesas pagas antecipadamente	6	225	-	Arrendamentos	4	973	-
Total do realizável a longo prazo		737	-	Total do passivo não circulante		13.522	-
Direito de uso	4	974	-	Patrimônio líquido			
Imobilizado	7	32.418	6.113	Capital social	11	21.720	5.596
Total do ativo não circulante		34.129	6.113	Prejuízos acumulados		(128)	(34)
				Total do patrimônio líquido		21.592	5.562
Total do ativo		38.611	7.259	Total do passivo e patrimônio líquido		38.611	7.259

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Para o período findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Não auditado)
Despesas gerais e administrativas	12	(105)	(34)
Resultado antes das receitas e (despesas) financeiras líquidas e impostos		(105)	(34)
Receitas financeiras	13	17	-
Despesas financeiras	13	(2)	-
Receitas financeiras		15	-
Resultado antes dos tributos		(90)	(34)
Imposto de renda e contribuição social	10	(4)	-
Prejuízo do exercício		(94)	(34)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para o período findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Não auditado)
Prejuízo do exercício	(94)	(34)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultados abrangentes do exercício	<u>(94)</u>	<u>(34)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para o período findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital subscrito	Capital a integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018 (Não auditado)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Subscrição de capital	15.156	(15.156)	-	-
Integralização de capital	-	5.596	-	5.596
Resultado do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(34)</u>	<u>(34)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Não auditado)	<u>15.156</u>	<u>(9.560)</u>	<u>(34)</u>	<u>5.562</u>
Subscrição de capital	11.063	(11.063)	-	-
Integralização de capital	-	16.124	-	16.124
Resultado do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(94)</u>	<u>(94)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>26.219</u>	<u>(4.499)</u>	<u>(128)</u>	<u>21.592</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Para o período findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Não auditado)
Resultado antes dos tributos		(90)	(34)
Variações:			
Impostos a recuperar		(1)	-
Adiantamento a fornecedores		610	(610)
Despesas pagas antecipadamente	6	211	(530)
Fornecedores	8	741	1.089
Obrigações sociais e trabalhistas		58	9
Obrigações tributárias		38	-
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		1.567	(76)
Pagamento de juros de financiamentos	9	(45)	-
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		1.522	(76)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado	7	(26.169)	(5.514)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(26.169)	(5.514)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	9	13.457	-
Custo de captação de empréstimos e financiamentos	9	(41)	-
Integralização de capital	11	16.124	5.596
Fundos vinculados	5.b	(512)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		29.028	5.596
Aumento no caixa e equivalentes		4.381	6
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5.a	6	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5.a	4.387	6
Aumento no caixa e equivalentes		4.381	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A. “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 24 de abril de 2018, estabelecida na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663 - 4º andar, Jardim Paulistano, capital do estado de São Paulo. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Vila Sergipe III, incluindo a implantação e a montagem, bem como a comercialização de energia.

A Companhia possui uma central geradora de energia eólica situada no município de Serra do Mel, no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de 4 unidades geradoras de 4,2MW¹, totalizando 16,8MW¹ de capacidade instalada. Atualmente a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com previsão de início de operação em outubro de 2020.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)	Garantia Física
EOL Vila Sergipe III	Res. 7652/2019	21/03/2019	35 anos	16,8	9,1 MW

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía o seguinte contrato de compra e venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada	Preço contratado	Índice de reajuste	Mês de reajuste
EOL Vila Sergipe III	ACL(*)	Variável (**)	Variável (**)	IPCA	Janeiro

(*) Ambiente de contratação livre

(**) O fornecimento e o preço da energia vendida são variáveis, sujeito a produção e condições de mercado

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Efeitos COVID – 19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

No nosso escritório (São Paulo) foi implantado o sistema de trabalho home office para todos os colaboradores das áreas corporativas. Também, foram remanejadas todas as reuniões presenciais para online, proibindo a realização de viagens internacionais e restringindo as nacionais, autorizando-as somente em caso de extrema necessidade. A Companhia colocou em quarentena todos os colaboradores recém chegados de viagens internacionais e foram postergadas novas contratações. Todos os casos suspeitos são monitorados diariamente pela Companhia.

Nas Plantas, Centro de Operações e projetos em construção fizemos uma série de ações educativas para os trabalhadores sobre tema de prevenção do coronavírus. Todos os colaboradores e terceiros foram orientados a reportar quaisquer casos suspeitos e fazemos o monitoramento constante da situação. Em caso suspeito a pessoa e todos que tiveram contato com ela são colocadas em quarentena imediatamente. Também foi montado um plano de contingência para que Plantas e Centro de Operações não corram o risco de não operação em casos de contaminação, que consiste principalmente em realocação de profissionais já qualificados nas funções entre diferentes regiões do país, caso seja necessário.

Entendemos que ainda não é possível mensurar em detalhes ou antecipar os eventuais impactos econômicos e financeiros decorrentes da pandemia em relação ao COVID-19. Entretanto, na data de emissão destas Demonstrações Contábeis, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações pelos próximos 12 meses.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2020. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia na qual o CPC 06 (R2) está sendo aplicado. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 4 (a).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras e Fundos vinculados que são mensurados a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Contratos de arrendamento – CPC 06 (R2) (nota explicativa nº 4 (a)) – premissas na mensuração de contraprestações variáveis que estão fora do alcance da norma.
- Imobilizado (nota explicativa nº 7) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 15) – principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações

financeiras, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia em 1º de janeiro de 2019 descritas na nota explicativa 4.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o

ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 15.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não celebrou contrato de instrumentos financeiros derivativos.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, líquidos do rendimento de aplicação financeira oriunda do financiamento. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação quando o parque eólico entrar em operação será calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação será reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa a período de concessão do parque.

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

c. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor, por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de

impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

d. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta, proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

e. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

f. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias, juros sobre arrendamento que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4 Novas normas e interpretações

a. CPC 06 (R2) – Arrendamentos

Efeitos da adoção

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem a realização de reapresentações dos períodos comparativos, adotando os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 11,33% a.a.
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

Com a adoção do CPC 06 (R2), a Companhia deixou de reconhecer custos e despesas na rubrica de Arrendamentos e passou a reconhecer Ativo de direito de Uso e Passivo de Arrendamentos.

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia irá remensurar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar.

Impactos nas demonstrações financeiras do período.

Os quadros abaixo demonstram os impactos da adoção inicial do CPC 06(R2) nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2019:

Consolidado	Saldo anterior em 01/01/2019	Ajuste adoção inicial em 01/01/2019	Saldo após a adoção inicial 01/01/2019	Saldo em 31/12/2019
Ativo				
Demais ativos	1.146	-	1.146	4.482
Circulante	1.146	-	1.146	4.482
Demais ativos	6.113	-	6.113	33.155
Direito de uso	-	974	974	974
Não circulante	6.113	974	974	34.129
Total do ativo	7.259	974	8.233	38.611
Passivo				
Passivo de arrendamento	-	101	100	100
(-) Juros a trans. Passivo de arrendamento	-	(100)	(101)	(101)
Demais passivos	1.697	-	1.697	3.496
Circulante	1.697	1	1.698	3.497
Passivo de arrendamento	-	4.477	4.477	4.477
(-) Juros a trans. Passivo de arrendamento	-	(3.504)	(3.503)	(3.503)
Demais passivos	-	-	-	12.579
Não Circulante	-	973	973	13.522
Patrimônio líquido	5.562	-	5.562	21.592
Total do passivo	7.259	974	8.233	38.611

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, a Companhia reconheceu R\$ 974, referentes a ativos de direito de uso e passivos de direito de uso.

As contraprestações dos arrendamentos irão incorrer somente após a entrada em operação do parque eólico, sendo que, a partir deste momento a Companhia passará a reconhecer despesas com depreciação do ativo de direito de uso e juros sobre o passivo de arrendamento.

b. ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento tributos sobre lucro

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda. O CPC 32 – Tributos sobre o lucro, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade.

Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A administração da Companhia entende que a aplicação dessa interpretação não apresentou impactos significativos nas demonstrações financeira da Companhia, uma vez que não houve alteração quanto ao tratamento fiscal relativo ao imposto de renda e contribuição social, já adotados anteriormente pela Companhia.

5 Caixa e equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
		(Não auditado)
Saldos de caixa e bancos	4	6
Aplicações financeiras (a)	<u>4.383</u>	<u>-</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>4.387</u>	<u>6</u>

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas de Terceiros, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração 96% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco do Nordeste (BNB) (Contas Reserva da Dívida) em que é exigido pelo banco financiador que sejam mantidos saldos mínimos estabelecidos nos instrumentos de financiamento. Os fundos vinculados estão classificados no ativo não circulante.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
		(Não auditado)
Reserva de dívida BNB	<u>512</u>	<u>-</u>
Total	<u>512</u>	<u>-</u>

6 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2019	31/12/2018 (Não auditado)
Seguros a apropriar	226	-
Fianças e compromisso	78	530
Custo captação de Empréstimo	<u>15</u>	<u>-</u>
Total	<u>319</u>	<u>530</u>
Circulante	94	530
Não circulante	225	-

7 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2019		31/12/2018 (Não auditado)	
	Vida útil	Custo	Valor Líquido	Valor Líquido
Imobilizado em andamento	-	<u>32.418</u>	<u>32.418</u>	<u>6.113</u>
Total		<u>32.418</u>	<u>32.418</u>	<u>6.113</u>

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

	Saldo em 31/12/2018 (Não auditado)	Adição	Juros Capitalizados	Saldo em 31/12/2019
Imobilizado em andamento	<u>6.113</u>	<u>26.214</u>	<u>91</u>	<u>32.418</u>
Total	<u>6.113</u>	<u>26.214</u>	<u>91</u>	<u>32.418</u>

	Saldo em 01/01/2018 (Não auditado)	Adição	Saldo em 31/12/2018 (Não auditado)
Imobilizado em andamento	<u>-</u>	<u>6.113</u>	<u>6.113</u>
Total	<u>-</u>	<u>6.113</u>	<u>6.113</u>

Os ativos imobilizados da Companhia são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa nº 9.

8 Fornecedores

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (Não auditado)
Provisão com custos construção do parque (b)	1.795	1.688
Materiais e serviços (a)	527	-
Seguros	<u>152</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.474</u>	<u>1.668</u>

- (a) Refere-se a obrigações referente a manutenção do parque eólico.
 (b) Refere-se a obrigações com fornecedores contratados para fornecer materiais e serviços inerentes a manutenção dos parques, onde a Companhia ainda não recebeu as referidas faturas.

9 Financiamentos

Financiamentos	Taxa de Juros	Vencimento final	<u>2019</u>	<u>2018</u> (Não auditado)
Financiamentos BNB	2,18% a.a. + IPCA	Ago/2039	<u>13.462</u>	<u>-</u>
Total			<u>13.462</u>	<u>-</u>
Circulante			913	-
Não Circulante			12.549	-

As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:

Captação de financiamentos	13.457
Juros incorporados a dívida	91
Custo de captação	(41)
Juros pagos	<u>(45)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>13.462</u>

a. Garantias

Os contratos de financiamento com BNB têm como garantias fiança bancária, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos.

b. Covenants

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, como algumas destacadas a seguir:

- (a) Manutenção, até o vencimento do contrato, das seguintes contas reservas: Conta Reserva do serviço da dívida.
- (b) Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNB.
- (c) Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNB, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- (d) Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30. Os índices exigidos foram cumpridos para todos os contratos.
- (e) Manter os contratos de Serviço e Manutenção vigentes.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia cumpriu todas exigências qualitativas e quantitativas.

10 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do período findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 4.

	31/12/2019	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Demais receitas	17	17
Alíquota nominal	15%	9%
Corrente	<u>3</u>	<u>1</u>

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e autorizado é de R\$ 26.219 em 31 de dezembro de 2019 e está representado por 26.013.382 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária ocorrida durante o exercício de 2019 foi subscrito o montante de R\$ 11.063 de capital social, (R\$ 15.156 em 31 de dezembro de 2018).

No decorrer do ano de 2019 a integralização de capital foi de R\$ 16.124 (R\$ 5.596 em 31 de dezembro de 2018).

12 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2019	31/12/2018 (Não auditado)
Serviços de terceiros	(65)	(24)
Legais, judiciais e publicações	(40)	(10)
Total	(105)	(34)

13 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2019	31/12/2018 (Não auditado)
Rendimento de Aplicação	17	-
Receitas financeiras	17	-
Tarifas Bancárias	(2)	-
Despesas financeiras	(2)	-

14 Transações com partes relacionadas

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A.

15 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento

regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez.

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	Custo amortizado	31/12/2019	31/12/2018 (não auditado)	
			Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros					
Bancos	5.a	4	-	6	-
Aplicações financeiras	5.a	-	4.383	-	-
Fundo vinculado	5.b	-	512	-	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	8	2.474	-	1.688	-
Financiamentos	9	13.462	-	-	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	Nível	31/12/2019		31/12/2018	
			(Não auditado)			
			Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de Mercado
Bancos e aplicações financeiras	5.a	Nível 2	4.387	4.387	6	6
Fundos vinculados	5.b	Nível 2	512	512	-	-
Fornecedores	8	Nível 2	2.474	2.474	1.688	1.688
Financiamentos (a)	9	Nível 2	13.462	13.462	-	-
Total			20.835	20.835	1.694	1.694

(a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seus financiamentos é similar ao valor contábil, devido ao fato de que, os respectivos financiamentos foram contraídos e sob as mesmas condições de mercado existentes em 31 de dezembro de 2019.

(b) A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

16 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas

para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.
- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de Crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

Descrição	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	4.387	6
Fundos vinculados	5.b	512	-
		4.899	6

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições

normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31/12/2019	Fluxos de caixa contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	2.474	2.474	-	-	-
Financiamentos	13.462	913	2.534	4.795	13.811
Total	15.936	3.387	2.534	4.795	13.811

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Riscos e taxas de juros

A Companhia entende que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário provável	Sensibilidade		
	31/12/2019	31/12/2020	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
IPCA (a)					
Risco de redução das taxas de juros e índices	4,04%	3,61%	(0,43%) p.p	(0,54%) p.p	(0,65%) p.p
CDI (b)	4,59%	4,15%	(0,44%) p.p	(0,55%) p.p	(0,66%) p.p

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em	Sensibilidade		
		31/12/2019	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos	IPCA	13.462	486	607	729
Total		<u>13.462</u>	<u>486</u>	<u>607</u>	<u>729</u>
Risco de redução (ativo)					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	<u>4.895</u>	<u>203</u>	<u>254</u>	<u>305</u>

(a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(b) Certificado de Depósito Interbancário

17 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas as seguintes transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa:

	31/12/2019	31/12/2018 (Não auditado)
Aumento (redução) em fornecedores	(45)	(599)
(Aumento) redução em imobilizado	45	599

18 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

a. Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2020 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2019/2020 (julho/19 a junho/20 para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2021 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2019/2020.

Os desembolsos esperados para 2020 com os encargos são de R\$ 620 e para os anos de 2021 em diante de R\$ 827.

b. Construção do parque eólico

A Companhia possui compromissos relacionados aos investimentos necessários para construção do parque eólico, estimados para o ano de 2020 em R\$ 47.316.

c. Fianças bancárias

Por imposição contratual derivada dos contratos de fornecedores a Companhia possui compromissos futuros de contratar fianças bancárias. Os valores são os que seguem abaixo:

2020 – R\$ 250

2021 – R\$ 626

2022 – R\$ 376

19 Eventos subsequentes

a. Emissão de Debênture

Em 20 de dezembro de 2019 a Companhia emitiu 17.352.000 debêntures no valor unitário de R\$ 1 (um real). No dia 28 de janeiro de 2020 a Companhia recebeu o valor de R\$ 17.352

b. Impacto COVID-19

Na data de emissão destas Demonstrações Contábeis, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações.

Adicionalmente, não é possível mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômicos e financeiros decorrentes da pandemia em relação ao COVID-19.